



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N.º _____/2019 (da Sra. Fernanda Melchionna)

Propõe a adição de nomes a serem convidados para participar da Audiência Pública sobre a situação das políticas públicas para HIV/aids no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro que sejam acrescentados os nomes abaixo listados como convidados para a reunião de Audiência Pública sobre a Situação das políticas públicas para HIV/aids no Brasil, a ser realizada no dia 8 de outubro de 2019, aprovada por esta comissão por meio do REQ 171/2019 de minha autoria

1. Representante do Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde.
2. Representante da Rede Trans Brasil

JUSTIFICATIVA

A audiência pública tem em vista que o Decreto Nº 9.795, de 17 de Maio de 2019, que modifica a estrutura do Ministério da Saúde, estabeleceu que o Departamento de IST, Aids e Hepatites Virais, criado em 1986 e colecionador de prêmios, passe a se chamar “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”. A mudança não se trata apenas da modificação na nomenclatura do órgão, mas sim da extinção do Programa Brasileiro de AIDS, que é conhecido internacionalmente como um dos mais importantes do mundo. O decreto também prejudica a governança democrática do programa, princípio básico do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em nota assinada pela Articulação Nacional de Luta contra a Aids (An aids), Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), Fórum de ONGs AIDS/SP (FOAESP),
2062 (AGO/06)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS/RS (GAPA/RS) e Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+Brasil), o movimento nacional de luta a AIDS, formado por redes, coletivos, organizações e ativistas, repudiou o decreto que modifica a estrutura do Ministério da Saúde e relata que as mudanças ocorreram sem diálogo com os movimentos sociais, que estiveram reunidos há pouco mais de um mês com o ministério em encontros da Comissão Nacional de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais (CNAIDS) e da Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS).

A mudança na estrutura é mais um movimento que se soma a outros recentes que demonstram descompasso com a crescente necessidade de ações objetivas para o combate ao HIV/AIDS. É de preocupação generalizada entre as pessoas que vivem com HIV/aids os efeitos do desmonte que a PEC 95 pode exercer nas políticas públicas para o tema. O presidente Jair Bolsonaro já declarou publicamente, enquanto era deputado federal, que as pessoas vivendo com HIV/aids não devem ser alvo de políticas públicas do governo. Há relatos recorrentes de pessoas soropositivas idosas nestas condições que estão tendo seus direitos de aposentadorias retirados em perícias médicas do INSS. O Ministério da Saúde tem mudado as campanhas de prevenção ao HIV/aids e outras ISTs deixando de dar atenção a públicos que historicamente são atingidos pela doença, como as populações de homens gays, travestis e transexuais, população negra, trabalhadoras sexuais e jovens, com o próprio ministro afirmando publicamente que duvida da efetividade das campanhas e que elas não podem ofender famílias. No início do ano, o governo exonerou a médica sanitária Adele Benzaken da coordenação do departamento, uma das principais referências nacionais no combate à AIDS. Ao mesmo tempo, há movimentos conservadores sendo estimulados por diversos ministérios que dificultam o trabalho de prevenção nas escolas, com constante proselitismo contra o respeito à diversidade sexual e de gênero.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos deputados e deputadas membros da Comissão de Seguridade Social e Família para aprovação deste requerimento.

Sala das comissões, 17 de setembro de 2019.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FERNANDA MELCHIONNA
DEPUTADA FEDERAL
(PSOL/RS)